

ENUNCIÇÃO E SINTAXE: MODOS DE ENUNCIÇÃO GENÉRICOS NA OCUPAÇÃO DO LUGAR DE OBJETO

Luciani Dalmaschio - UFMG

Introdução

Este trabalho fundamenta-se nos estudos desenvolvidos pela Semântica da Enunção, cuja base teórica propõe que o funcionamento linguístico é regido a partir das dimensões orgânica e enunciativa. Nessa direção, tomamos como objeto específico de análise o lugar sintático “objeto verbal”, projetado pelo verbo e não ocupado no enunciado. Nossa inquietação nasce do fato de que as formas consideradas como complementos verbais são estudadas, na maioria das vezes, ou como marcadores de um lugar preenchido discursivamente ou como inexistentes. Entretanto, percebemos que esses complementos, na verdade, apresentam-se, também (e em muitos casos), como elementos linguísticos elípticos, responsáveis pela progressão textual. Isso se configura porque os lugares-sintáticos projetados pelo verbo para tais formas encontram-se disponíveis e, conseqüentemente, passíveis de preenchimento. Alicerçados no estudo desse fato gramatical e tomando por base um corpus diversificado, trabalhamos com a proposta de que o silêncio sintático apresenta-se como elemento constitutivo do sentido, bem como de que as condições de ocupação são determinadas pelos modos de enunção específicos e genéricos. Esse estudo também discute as predicções de que os verbos participam, subdividindo-as em: predicções dirigidas, que ocorrem quando são orientadas para um objeto e, predicções centradas, que se realizam quando a direção do sentido é orientada para o verbo. Nesse sentido, analisamos a constituição orgânica do objeto, as condições enunciativas para a ocupação desse lugar, bem como os efeitos de ordem discursiva que essa ocupação (ou a ausência dela) ocasiona fora da cadeia orgânica da sentença.

1. Modos de ocupação do lugar de objeto

O posicionamento teórico que assumimos nesta pesquisa se filia ao princípio de que as condições enunciativas regulam a ocupação e a não ocupação do lugar de objeto e são determinadas por modos de enunção.

Segundo Dias (2005b), há pelo menos dois modos de enunção: um específico e outro genérico. Na verdade, esses modos de enunciar estão ligados ao suporte operativo do fato gramatical, que considera a dimensão enunciativa como constitutiva do sintático.

Ainda segundo o autor (2005b), a configuração do lugar sintático “objeto verbal”, por meio do modo de enunção especificador, acontece quando esse lugar é delimitado por um campo de referência específico e recorta, portanto, um domínio de sentido marcado por uma pontualidade referencial. Nas palavras de Dias (2006) o tipo de predicção que se configura pelo modo de enunção específico é a predicção dirigida. Essa predicção ocorre quando ela é orientada para um objeto. Tomemos o exemplo que segue para ilustrar esse modo de enunção.

(1) Papa faz apelos e reflete sobre a visão bíblica da história.

A sentença “Papa faz apelos” constitui-se a partir de um modo de enunção específico, uma vez que há uma definição clara do objeto participante dessa predicção. Poderíamos dizer que há uma demarcação referencial pontuada pelo item lexical “apelos”.

Em relação ao segundo modo de enunção proposto por Dias (2005b), o modo de enunção genérico, podemos dizer que ele assim se denomina por ser a base sobre a qual se configuram predicções cujos campos de referência do lugar de objeto são generalizadores. A esse modo de enunção liga-se a predicção centrada, que ocorre quando para o verbo é orientada a direção da significação, não produzindo a necessidade do objeto. (DIAS, 2006).

Utilizemos, agora, para continuar nossa análise sobre o assunto, outro enunciado que se configura através do modo de enunção genérico. Trata-se de uma propaganda, amplamente divulgada, que diz:

(2) Caiu? Bateu? Machucou? Passa Gelol, que passa.¹

Ao fixarmos nossa atenção nas formas verbais “caiu”, “bateu” e “machucou”, percebemos que elas não apresentam ocupação material (orgânica) do lugar de objeto, constituindo, pois, predicções centradas². Entretanto, esses verbos expressam claramente um potencial de projeção desse lugar sintático. Por que então, a ausência lingüística de um elemento que preencha esses espaços? Parece que uma resposta a essa questão está intimamente ligada às condições discursivas que regulam a constituição desse acontecimento enunciativo. Não ocupar o lugar de objeto significa, nessa propaganda, levar o consumidor para dentro do texto, de modo a que ele realize os recortes de sentido possíveis dentro do domínio de referência, estabelecido por esse acontecimento enunciativo. Dessa forma, sintagmas nominais como “o pé”, “a cabeça”, “o ombro”, e tantos outros podem se configurar como ocorrências passíveis de ocupar o lugar de objeto projetado pelos verbos “bateu” e “machucou”. Nesse sentido, percebemos que esse anúncio ganha em eficiência discursiva, no instante em que as condições de produção encontram-se determinadas pelo modo de enunciação genérico e não pelo específico.

É interessante frisarmos que o caráter de generalizador de (2) é tão alto que acaba transformando o enunciado “*Caiu? Bateu? Machucou?*” em texto-fonte de outras enunciações, como pode ser percebido em:

(3) Caiu, bateu, machucou? Glória a Deus!

Frequentemente passamos por momentos de dor e aflição em nossas vidas. Às vezes parece até que Deus nos abandonou ou está bem longe... Normalmente diante de uma situação difícil, como a morte de um parente ou de um amigo, um assalto, um acidente, um problema familiar ou uma demissão, sobrevém um desânimo e começamos a nos perguntar: Onde está Deus? Por que Deus permite que isso aconteça comigo?³

No exemplo (3), o discurso religioso encontra possibilidade de ocupar os lugares de objetos projetados pelos verbos “bater” e “machucar”, com ocorrências cujos domínios referenciais se adaptem à doutrina a ser difundida. Isso só é possível devido à abrangência desse enunciado que é produzido pelo modo de enunciação genérico. Ou seja, novamente a língua produz condições para o estabelecimento da relação entre a atualidade do acontecimento e uma memória de ordem histórica do dizer.

Para Dias (2005b), um gênero de texto extremamente favorecido pelo modo de enunciação genérico é o proverbial, tendo em vista que “através de uma locução breve, de fácil memorização, o provérbio sintetiza um pensamento que adquire um tom de verdade, ou de elevação.” (DIAS, 2005b, p. 32). Ou seja, por propagar uma verdade a ser utilizada em diversas enunciações, há uma orientação das condições enunciativas para a não ocupação do lugar de objeto. Assim, “intensifica-se a generalização, produzindo como efeito uma condensação referencial, constituída de tal forma que permite ao enunciado circular entre os falantes como texto-memória.” (DIAS, 2005b, p.40).

2 O silêncio sintático como elemento constitutivo do sentido

A não ocupação do lugar sintático objeto verbal, determinada pelo modo de enunciação genérico corresponde ao que nomeamos, nesse trabalho, de silêncio sintático.

Para sistematizar nossas discussões, começemos por buscar a etimologia da palavra silêncio. De acordo com Cunha (1982, p. 722), o vocábulo silêncio se origina da palavra latina *silentium* e significa interrupção de ruído, calada, estado de quem se cala. Partindo dessas definições podemos pressupor o motivo de o silêncio assumir um sentido pejorativo de omissão, de passividade. Afinal, os trajetos de sentidos que operam na constituição histórico-social dessa palavra orientam-na para que a percebamos como a privação do dizer. Segundo Orlandi (1995, p.12), “o silêncio foi relegado a uma posição secundária como excrescência, como o ‘resto’ da linguagem.” E, assim como pensa a autora, “nosso trabalho o erige em fator essencial como condição do significar.”

Assumimos a posição de que a língua chama para dentro de si a incompletude, o não-dito, a multiplicidade de sentidos, o simbólico dos dizeres, que se inscrevem no próprio dizer. Assim, quando afirmamos que os sentidos são múltiplos e que só se manifestam enquanto efeitos de sentidos em

¹ Os anúncios publicitários do medicamento “Gelol” – utilizado para o combate a dores musculares e lesões ocasionadas por quedas – só foram encontrados em forma de vídeo. O anúncio mais recente, de onde foi retirado esse enunciado, pode ser assistido no endereço <http://br.mytrace.tv/video/iLyROoafIvV.html>. Acesso em 21/01/08.

² Sobre predicção centrada discutiremos melhor no ponto dois desse estudo.

³ http://www.ipidocruzeiro.org.br/index.php?Itemid=35&id=160&option=com_content&task=view – Acesso em 21/02/08

determinado acontecimento enunciativo, através do entrelaçamento com outros sentidos (interdiscurso) que circulam na memória discursiva, estamos instalando a hipótese de que

o silêncio é contínuo e há sempre ainda sentidos a dizer. (...) é nessa perspectiva que consideramos a linguagem como categorização do silêncio, isto é, ela é a gregaridade, a possibilidade de segmentação, ou melhor, o recorte da significação em unidades discretas. Entretanto, uma vez recortado, o sentido permanece sempre a ser ainda dito. Se o silêncio não tivesse um sentido em si mesmo, uma vez categorizado, este sentido seria definitivo. (ORLANDI 1995, p.73-74)

É importante explicar que, para efeito de nossas discussões, estamos considerando o tipo de silêncio denominado por Orlandi como *silêncio constitutivo*, que “nos indica que para dizer é preciso não-dizer”. (ORLANDI, 1995, p.24).

A autora ainda nos propõe duas outras caracterizações para o silêncio. Uma seria aquela que considera o *silêncio* como *fundador*, um silêncio “que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro” (ORLANDI, 1995, p.14). Ver o silêncio como “fundante” significa, para a autora, imaginá-lo como parte integrante da própria palavra, do próprio dizer, como condição do significar.

Segundo esta perspectiva, a busca da completude da linguagem – o que implicaria a ausência do silêncio – leva à falta de sentido pelo muito cheio, mesmo se, do ponto de vista estritamente sintático, há gramaticalidade. Exemplo: ‘A mulher que eu vi que tinha um livro que era amarelo que tinha comprado para seu primo que morava ao lado...’”. (ORLANDI, 1995, p. 71).

Nessa direção, os discursos estão permeados pelo silêncio e essa relação entre silêncio e dizer é estabelecida pelo sujeito, durante o processo discursivo, ainda que de maneira não consciente. Ou seja, o silêncio opera também no inconsciente da possibilidade do não-dizer.

Um outro tipo de silêncio, definido por Orlandi, que também se afasta daquele que tomamos como base de nossas análises, é o *silêncio local*. Esse tipo de silêncio também integra a categoria que Orlandi denomina “política do silêncio”, assim como o silêncio constitutivo – com o qual trabalharemos. A diferença entre os dois é que o *silêncio constitutivo* opta pelo não-dizer, por considerar que o uso de “uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’ palavras” (ORLANDI, 1995, p. 24), enquanto o *silêncio local* se refere à censura propriamente dita, a “aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura”. (ORLANDI, 1995, p. 24).

Tomando como orientação o silêncio constitutivo, voltamos, então, nossa análise para o domínio da sintaxe. Percorrendo o campo dos estudos sintáticos, encontramos ocorrências em que o silêncio se manifesta como elemento importante para o ato de significar. Um desses casos, que passamos a descrever aqui através de exemplos, situa-se na órbita da transitividade, mais precisamente no alvo que tomamos como a base desse trabalho: o objeto verbal.

Relembremos o tratamento dado pela sintaxe tradicional, e até por algumas de base não-tradicional, às formas verbais que compõem o anúncio que segue:

(4)



⁴ O texto do anúncio é construído de modo a utilizar apenas a marca da empresa e seis palavras. Para compreendê-lo, precisamos ter algumas outras informações que compõem o corpo da propaganda.

1ª) A Volkswagen foi líder no mercado nacional de automóveis, por um período de tempo muito longo.

2ª) Nos últimos anos, o mercado foi tomado pelo lançamento de novos carros nacionais, de todas as marcas, mais bonitos, modernos e baratos, e também pela entrada no mercado dos importados, o que aumentou ainda mais a competição entre os fabricantes, chegando a ameaçar a liderança da Volkswagen.

3ª) Apesar da competição, a Volks continua sendo líder de mercado.

Como sabemos, a análise realizada pela tradição gramatical sobre as formas verbais “falou” e “ouviu” que compõem o enunciado dessa propaganda da Volkswagen situa-as como verbos transitivos que foram utilizados intransitivamente. Ou seja, as posiciona como itens lexicais de sentidos completos que não necessitam de outro termo para a integralização de seu sentido. Sendo assim, o objeto simplesmente não existiria nesse enunciado por ser dispensável para a produção do sentido, uma vez que esse complemento está diretamente relacionado às formas verbais e estas o excluem de suas constituições.

Entretanto, o lugar teórico de onde analisamos esse fato - transitividade dos verbos “falar” e “ouvir” - posiciona o objeto não como um constituinte inexistente nesse enunciado. Trata-se, antes, de um ocupante de um lugar projetado por essas formas verbais que não se configura como elemento linguístico explícito, mas que precisa fazer parte da constituição da sentença para que ela ganhe efeito de completude. A isso estamos chamando de silêncio sintático.

Explicamos melhor. Percebe-se que os dois verbos do anúncio, normalmente utilizados como transitivos (nomenclatura usada pela gramática tradicional), não apresentam nesse contexto objetos marcados linguisticamente. No entanto, esse fato não desfaz a evidência de que os lugares sintáticos para os objetos verbais estão delimitados e precisam ser preenchidos para que a enunciação se complete de maneira satisfatória.

Quanto ao primeiro “falou”, a hipótese que se cria para tal preenchimento é a seguinte:

(5) A concorrência falou as vantagens de seus produtos.

Em (5) a ocupação do lugar de objeto se constitui a partir de um processo de referenciação bem pontual: o verbo “falar”, associado à concorrência, orienta necessariamente a predicação de que participa a chamar a presença de um complemento que valorize os produtos dos concorrentes de mercado da Volkswagen. O que propomos é que na cena que se cria por ocasião desse dizer, desse acontecimento enunciativo, o domínio de sentido que sustenta a ocupação do lugar de objeto do verbo “falar” é bem claro, pois deve se ajustar a um recorte de significação sócio-historicamente delimitado por um anúncio publicitário dessa natureza. O papel da fala da concorrência para o mercado consumidor está bem demarcado socialmente e todas as suas tentativas discursivas operam no sentido de conquistar novos clientes.

Já em relação ao verbo “ouvir”, a possibilidade de ocupação do lugar por ele projetado torna-se ainda mais evidente, uma vez que a sentença anterior funciona como o domínio de referência para esse segundo preenchimento. Ou seja, se na propaganda “a concorrência falou as vantagens de seus produtos”, é de se concluir que:

(6) O consumidor ouviu a fala da concorrência.

Ou

(7) O consumidor ouviu a conhecida qualidade da Volkswagen.

Vale ressaltarmos que ao se pensar para a predicação da qual o verbo “ouvir” participa um complemento como em (6), necessariamente outros enunciados deverão seguir esse raciocínio, como, por exemplo:

(8)...mas não concordou com ela.

O mesmo vale para construções como (7). Só que dessa vez não se trata do estabelecimento de uma sentença complementar, como (8), e sim de uma reestruturação de (6). Ou seja, pensar que

(7) O consumidor ouviu a conhecida qualidade da Volkswagen.

equivale a pensar que:

(9) O consumidor não ouviu a fala da concorrência.

Afinal, trata-se de uma propaganda que pretende confirmar a preferência dos consumidores pelos carros produzidos pela Volkswagen, através da apresentação de pesquisa que coloca essa empresa como líder do mercado de automóveis. Logo, quaisquer dos objetos utilizados para integralizar a predicação com o verbo “ouvir” devem apresentar o mesmo recorte de sentido, de modo a desmerecer “ironicamente” a fala da concorrência.

Isso posto, percebe-se que o lugar-sintático “objeto verbal” será, necessariamente, preenchido, uma vez que foi projetado pelo verbo e que a língua permite que tal ocupação aconteça com palavras e/ou expressões assimétricas, desde que a enunciação garanta a simetria. Isso acontece porque o acontecimento enunciativo passa por um domínio histórico que faz funcionar a língua. “Assim, o domínio de referência é algo da relação entre um recorte determinado pelas condições históricas do acontecimento e uma injunção desse recorte ao lugar específico de configuração da forma lingüística.” (DIAS, 2005a, p.119). E é esse domínio referencial que possibilita a produção dos efeitos de sentido de um enunciado, dando-lhe, inclusive, a oportunidade de significar em silêncio.

Analisemos agora o verbo “apontar”, utilizado no anúncio que segue:

(10)



(GUIMARÃES F., 1997, p.336)

Na propaganda do CVV (Centro de Valorização da Vida), temos claramente o silêncio sintático como um recurso lingüístico fundamental para a construção da expressividade do texto. Novamente percebemos que o lugar de objeto é configurado pelo verbo, mas que a ocupação orgânica desse lugar não acontece. E, mais uma vez, podemos notar que “a falta de um elemento léxico não afeta a unidade da sentença, porque há uma memória de seu lugar que advém de outros extratos de ocorrência que são constitutivos do espaço sintático.” (DIAS, 2007, p.197). Referimo-nos, como pode ser percebido, à forma verbal “apontar”. Entretanto, essa não ocupação ganha contornos diferentes daquela analisada anteriormente envolvendo os verbos “falar” e “ouvir”.

Na análise dos verbos presentes no anúncio da Volkswagen, tivemos oportunidade de perceber que as condições enunciativas que regulam o preenchimento dos lugares de objeto direcionam essa ocupação para um domínio de referência bem pontual. Fato contrário se estabelece com o verbo “apontar”. Em (10), há uma fuga da pontualidade referencial.

Sem realizar muito esforço, podemos acionar na memória dos dizeres em que se inscreve essa sentença um objeto utilizado com regularidade em sua constituição. Portanto, seria esperado que (10) fosse assim integralizada:

(11) Em caso de desespero aponte o revólver (uma arma) para o ouvido.

Entretanto, há um deslocamento desse sentido, sustentado pelas condições de enunciação que regem o enunciado. Trata-se de uma propaganda que pretende valorizar a vida, dado o caráter social da instituição que a produz⁵. Logo, o objeto adquire sua identidade tendo em vista a esfera discursiva da qual participa. Outro dado que orienta o deslocamento é o recurso não-verbal que integra a constituição textual do anúncio. O desenho de um telefone também é peça importante para que a ocupação do lugar de objeto na sentença possa ser realizada da seguinte forma:

(12) Em caso de desespero aponte o telefone para o ouvido.

⁵ O Centro de Valorização da Vida (CVV) foi fundado em 1962, em São Paulo, em decorrência do aumento do suicídio nas grandes metrópoles, tendo como objetivo a prevenção ao suicídio, através do apoio emocional oferecido por pessoas voluntárias às pessoas angustiadas, solitárias ou mesmo sem vontade de viver. Assim, iniciou-se o Programa CVV, ou simplesmente CVV, que hoje conta com 2500 voluntários, 57 postos distribuídos pelo Brasil, que se colocam gratuitamente à disposição de todos que necessitam de ajuda. (Adaptado de http://www.cvv.org.br/c_historia.htm - Acesso em 26/12/2007)

Na verdade, o deslocamento maior que o enunciado produz se origina do fato de que a sentença produzida em (10), deve se reestruturar a ponto de negar o primeiro efeito de sentido por ela suscitado (11) e, pelo movimento de dizeres produzido em (12), ganhar o seguinte efeito de completude:

(13) Em caso de desespero não aponte um revólver para o ouvido, aponte o telefone.

Vale ressaltar que só podemos trabalhar a noção de deslocamento em função da repetição, do hábito. Os enunciados (12) e (13) correspondem a uma reestruturação de (11). Afinal, acreditamos que é “recorrendo ao já-dito que o sujeito resignifica. E se significa.” (ORLANDI, 1995, p.90). O que podemos perceber é que os diferentes percursos de sentido do verbo “apontar” são elementos que possibilitam a construção de domínios de referência também distintos para a ocupação do lugar de objeto. Trata-se de um intervalo entre uma memória de recorrências e uma atualidade de uso. Esse seria, então, o espaço do equívoco, espaço esse em que “os sentidos não se imobilizam... não perdem seu caráter errático: deslocamentos, equívocos e mudanças se produzem. E não param de produzir seus efeitos.” (ORLANDI, 1995, p. 94)

O interessante a ser percebido, no entanto, é que o publicitário, ao silenciar esse termo, não pretende que seja escolhido um ou outro item lexical para a ocupação desse lugar. A ocupação do lugar de objeto impediria a viagem dos sentidos. O silêncio sintático seria, portanto, um lugar na organicidade da sentença (no caso deste trabalho o lugar de objeto) que permite a possibilidade do movimento dos dizeres.

Um outro exemplo que pode ser utilizado para ilustrar essa percepção do silêncio sintático como um horizonte, e não como uma falta, acontece na campanha publicitária descrita a seguir.



O slogan em (14) faz parte de um vídeo produzido pela associação Brasileira de Psiquiatria e visa enfatizar os transtornos mentais como doenças comuns que podem atingir qualquer pessoa, e que, por isso, são tratáveis e devem receber atenção como todas as outras doenças. O vídeo, que tem a duração de 30 segundos, apresenta profissionais de diversas áreas falando: “eu tenho”. Nele, um locutor explica a alta incidência dos transtornos mentais e a importância de procurar atendimento. A campanha termina de forma esclarecedora, utilizando a seguinte sentença:

(15) “Você tem o direito de ser feliz”.

Parece evidente que a enunciação, proferida pelos participantes do vídeo, silencia o lugar de objeto projetado pelo verbo “ter”, não porque pressupõe que haja uma ocupação imediata daquele lugar com o termo “doenças mentais”, mas porque prevê que essa não ocupação possibilitará um aumento no horizonte de possibilidades discursivas passíveis de ocupar aquele espaço.

A análise realizada no parágrafo anterior ganha pertinência pelo fato de a ocorrência “o direito de ser feliz” também funcionar como expressão referencial, capaz de preencher o lugar sintático projetado pela predicação configurada em (14). Ou seja, quando as pessoas que participam da campanha dizem “Eu tenho”, estão compondo um enunciado com duas faces referenciais, que podem ser expressas da seguinte forma:

⁶ In: http://www.abpbrasil.org.br/newsletter/campanha_eutenho/ - Acesso em 22/01/08.

do dizer e que esses fatores se configuram historicamente a partir de uma tensão entre memória e atualidade, posta em cena pela posição assumida pelo sujeito no processo de enunciação.

Referências bibliográficas

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DIAS, L. F. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca; MARINHO, J. H. C. (org.) *Estudos da língua em uso – relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: UFMG, 2005a. p.101-122.

_____. Textualidade e gramática : relações em construção. In : SCHONS, R. C. ; RÖSING, T. M. K. *Questões de escrita*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005b, p.30-41.

_____. Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. *Letras*, Santa Maria, n. 33, p. 51-67, jul./dez. 2006.

_____. Gramática e política de língua: institucionalização do lingüístico e constituição de evidências lingüísticas. In: ORLANDI, E. P. *Política lingüística no Brasil*, Campinas: Pontes, 2007. p.183-200.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1995.

POSSENTI, S. *Os Humores da Língua: Análises Lingüísticas de Piadas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.